



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.702-B, DE 2025 **(Da Sra. Alice Portugal)**

Institui o Dia Nacional de Combate à LGBTfobia no Futebol, a ser celebrado anualmente em 13 de novembro, estabelece diretrizes para políticas de enfrentamento à discriminação no esporte e dá outras providências; tendo parecer da Comissão do Esporte, pela aprovação (relatora: DEP. LAURA CARNEIRO); e da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, pela aprovação (relatora: DEP. DAIANA SANTOS).

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
ESPORTE;
DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão do Esporte:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão
- Voto em separado

III - Na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

PROJETO DE LEI Nº ____/2025

(Da Sra. Alice Portugal)

Institui o Dia Nacional de Combate à LGBTfobia no Futebol, a ser celebrado anualmente em 13 de novembro, estabelece diretrizes para políticas de enfrentamento à discriminação no esporte e dá outras providências.

CAPÍTULO I – DA INSTITUIÇÃO DA DATA

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Combate à LGBTfobia no Futebol, a ser celebrado em 13 de novembro de cada ano, em referência à fundação do Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+, primeiro movimento nacional de torcedores LGBTQ+ no Brasil.

Art. 2º A data terá como finalidades:

I – Conscientizar a sociedade sobre os impactos da LGBTfobia no futebol e no esporte em geral;

II – Promover ações educativas, campanhas públicas e debates sobre diversidade, respeito e inclusão no ambiente esportivo;

III – Estimular a criação e o fortalecimento de políticas antidiscriminatórias nos clubes, federações, justiça desportiva, estádios, competições esportivas e outros;

IV – Incentivar a formação de comissões de ética e ouvidorias especializadas no atendimento a vítimas de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

V – Reconhecer e valorizar iniciativas de coletivos LGBTQ+, torcidas inclusivas e outras pessoas ou instituições que atuem no combate à LGBTfobia no esporte.

CAPÍTULO II – DAS DIRETRIZES PARA ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA NO FUTEBOL

Art. 3º Os órgãos responsáveis pelo esporte, em conjunto com entidades da sociedade civil, deverão:

I – Desenvolver campanhas permanentes de conscientização nos estádios, meios de comunicação, redes sociais e outros;

II – Capacitar árbitros, comissões técnicas, dirigentes, atletas, torcidas, juristas, seguranças e outros agentes para identificar, coibir atos discriminatórios e agir conforme os protocolos e leis;

III – Estabelecer parcerias para assegurar a aplicação de sanções a casos de LGBTfobia;

Art. 4º Os clubes da Série A à D do Campeonato Brasileiro, Copa do Brasil assim como os participantes de competições estaduais e regionais, deverão:

I – Incluir, em seus códigos de conduta, normas explícitas de combate à LGBTfobia, com penalidades para infrações;

CAPÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º O Poder Executivo, por meio do Ministério do Esporte e do Ministério de Direitos Humanos, deverá incluir o combate à LGBTfobia no futebol nos planos nacionais de políticas esportivas e de promoção da cidadania LGBTQ+.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O futebol é mais do que um esporte no Brasil: é uma expressão cultural, um fenômeno social e um espaço de convivência coletiva. No entanto, persiste no





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

meio futebolístico uma cultura de violência simbólica e física contra pessoas LGBTQ+, manifestada em insultos, exclusão e até agressões em estádios.

A escolha do 13 de novembro como marco é uma homenagem ao Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+, fundado em 2021, que se tornou referência na luta por um futebol inclusivo. O grupo atua na articulação com clubes, na promoção de torcidas seguras e na pressão por mudanças institucionais, inspirando iniciativas similares em todo o país.

Este projeto de lei não se limita a uma data simbólica ele propõe ações concretas, como:

Prevenção: Campanhas educativas e formação de profissionais do esporte;

Repressão qualificada: Mecanismos de denúncia e punição a agressores;

Reconhecimento: Incentivo a clubes e torcidas que promovam a inclusão.

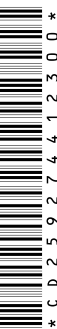
A medida está alinhada com:

A Lei Geral do Esporte, que condena atos de discriminação.

Decisões da FIFA e da CBF contra LGBTfobia no esporte.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputada ALICE PORTUGAL



COMISSÃO DO ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 1.702, DE 2025

Institui o Dia Nacional de Combate à LGBTfobia no Futebol, a ser celebrado anualmente em 13 de novembro, estabelece diretrizes para políticas de enfrentamento à discriminação no esporte e dá outras providências.

Autora: Deputada ALICE PORTUGAL

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 1.702, de 2025, de autoria da Deputada Alice Portugal, visa instituir o Dia Nacional de Combate à LGBTfobia no Futebol, a ser celebrado anualmente em 13 de novembro. Além disso, a proposição apresenta as finalidades da data comemorativa, bem como diretrizes para enfrentamento à LGBTfobia no futebol.

A proposição foi distribuída à Comissão do Esporte e à Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, para exame de mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que deve se manifestar quanto à sua constitucionalidade e juridicidade.

O PL está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), e sua tramitação obedece ao regime ordinário, conforme o disposto no art. 151, III, do RICD.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PL no âmbito desta Comissão.

É o Relatório.



II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 1.702, de 2025, pretende instituir o Dia Nacional de Combate à LGBTfobia no Futebol, a ser celebrado anualmente em 13 de novembro.

A data escolhida é uma homenagem à criação do Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+, uma referência na luta por um futebol inclusivo.

Além de instituir a data comemorativa, a proposição apresenta diretrizes para enfrentamento à LGBTfobia no futebol que devem orientar a atuação dos órgãos responsáveis pelo esporte, em parceria com entidades da sociedade civil, e dos clubes. Dentre essas diretrizes, podemos destacar o desenvolvimento de campanhas permanentes de conscientização nos estádios, nos meios de comunicação e nas redes sociais, e a capacitação de árbitros, membros de comissões técnicas, dirigentes, atletas, torcidas, seguranças e outros agentes, a fim de que estejam aptos a identificar e coibir atos discriminatórios.

Relativamente ao mérito esportivo, o projeto é absolutamente oportuno, e merece ser aprovado, pois apresenta medidas concretas no sentido de celebrar a diversidade no esporte e combater atos de violência em razão de orientação sexual ou identidade de gênero que ainda insistem em macular esse verdadeiro símbolo nacional: o futebol brasileiro. A matéria é coerente com a Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023), especialmente no que toca aos objetivos do Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) e às ações de combate à violência e à discriminação no esporte.

Com relação ao atendimento do disposto na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas, cabe ressaltar que o objeto da presente proposição ainda precisa ser avaliado em consulta ou audiência pública com a participação de organizações e associações legalmente reconhecidas vinculadas aos segmentos interessados na criação da data comemorativa em análise.



Contudo, em face do entendimento firmado nas Questões de Ordem nº 260/2025 e nº 262/2025¹, de 5 de maio de 2025, de que os requisitos exigidos pela referida lei “devem ser satisfeitos ao longo da tramitação legislativa bicameral, não necessariamente no momento da apresentação da proposição”, não vemos óbice em aprovar o projeto, ainda mais porque a audiência pública poderá ser realizada na próxima comissão de mérito a se manifestar, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, cujas áreas temáticas guardam estreita relação com o objeto da homenagem pretendida.

Pelas razões expostas, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº Lei nº 1.702, de 2025.

Sala da Comissão, em 14 de julho de 2025.



Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

2025-10338

¹ Disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/v-busca-qordem/37248> e <https://www.camara.leg.br/v-busca-qordem/37250>. Acesso em 15 mai. 2025.





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DO ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 1.702, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão do Esporte, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.702/2025, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Laura Carneiro. O Deputado Ossesio Silva apresentou voto em separado.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Laura Carneiro - Presidente, Danrlei de Deus Hinterholz - Vice-Presidente, André Figueiredo, Dr. Luiz Ovando, Julio Cesar Ribeiro, Luiz Lima, Nely Aquino, Airton Faleiro, Antonio Carlos Rodrigues, Bandeira de Mello, Fabio Reis, José Rocha e Roberta Roma.

Sala da Comissão, em 27 de agosto de 2025.

Deputada LAURA CARNEIRO
Presidente



COMISSÃO DO ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 1.702, DE 2025

Institui o Dia Nacional de Combate à LGBTfobia no Futebol, a ser celebrado anualmente em 13 de novembro, estabelece diretrizes para políticas de enfrentamento à discriminação no esporte e dá outras providências.

Autora: Deputada ALICE PORTUGAL

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

VOTO EM SEPARADO

(Do sr. Ossesio Silva)

O Projeto de Lei (PL) nº 1.702, de 2025, visa instituir o Dia Nacional de Combate à LGBTfobia no Futebol, além de apresentar diretrizes para o enfrentamento à LGBTfobia no futebol, que devem orientar a atuação dos clubes e dos órgãos responsáveis pelo esporte.

Em face da apresentação do Parecer da Relatora (PRL n. 1 CESPO), em 14 de julho de 2025, pela aprovação do PL, por discordarmos do posicionamento exarado, apresentamos neste **Voto em Separado** argumentação contrária à publicada pela ilustre Relatora, Deputada Laura Carneiro.

Embora, a princípio, pareça salutar a intenção da proposição em apreço, vez que, em consonância com a Lei Geral do Esporte – LGE (Lei nº 14.597/2023), apresenta medidas de combate à discriminação no futebol, em uma análise criteriosa dessas medidas, nota-se que não há avanços com relação àquelas já presentes na legislação e nos regulamentos que devem ser observados pelas entidades de organização do esporte e de prática esportiva.



A LGE estabelece em seu art. 11, inciso XVII, que um dos objetivos do Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) é justamente adotar medidas para erradicar ou reduzir as manifestações antiesportivas, a exemplo da homofobia. A norma legal também estipula que uma das condições de acesso e de permanência do espectador no recinto esportivo é que não porte ou ostente nenhum suporte com mensagens ofensivas de caráter racista, homofóbico, sexista ou xenófobo, tampouco entoe cânticos com esse mesmo teor (art. 158). Mais ainda, a LGE define que a torcida organizada que praticar condutas discriminatórias, será impedida, bem como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até 5 (cinco) anos (art. 182, § 2º).

O Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD), por sua vez, impõe aos clubes e seus integrantes penalidades que incluem multa pecuniária e suspensão, em razão da prática de ato discriminatório relacionado a preconceito em razão de origem étnica, raça, sexo, cor, idade, condição de pessoa idosa ou com deficiência. Dependendo da gravidade da infração, o órgão julgante poderá, ainda, aplicar as penas de perda de pontos ou de mando de campo, e a exclusão da equipe de campeonato ou torneio. Ressalta-se que as penas citadas também poderão ser aplicadas à entidade de prática esportiva cuja torcida praticar os atos discriminatórios referidos, ficando os torcedores identificados proibidos de ingressar na praça esportiva pelo prazo mínimo de 720 dias (art. 243-G, CBJD).

Podemos acrescentar, ainda, que os códigos disciplinares da Federação Internacional de Futebol (FIFA) e da Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol) também preveem punições às entidades de prática esportiva, atletas e torcedores em razão de atos discriminatórios.

Diante do exposto, fica evidente que a matéria já está adequadamente contemplada na legislação vigente e nos códigos disciplinares a que são submetidas as entidades de prática esportiva do futebol, razão pela qual recomendamos a rejeição do projeto ora em análise.

Em que pese a boa intenção da proposição, não vislumbramos motivo, inclusive prático, para aprová-la, uma vez que não apresenta inovações



ao quadro jurídico e normativo já consolidado, tornando-se, portanto, inócua sua aprovação.

Um caminho mais profícuo parece-nos o fortalecimento e a efetiva implementação das disposições já existentes na Lei Geral do Esporte e em normativos nacionais e internacionais que disciplinam o futebol.

Em face do exposto, apresentamos o presente Voto em Separado, pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.702, de 2025.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado OSSESIO SILVA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Daiana Santos** - PCdoB/RS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

PROJETO DE LEI Nº 1.702, DE 2025

Institui o Dia Nacional de Combate à LGBTfobia no Futebol, a ser celebrado anualmente em 13 de novembro, estabelece diretrizes para políticas de enfrentamento à discriminação no esporte e dá outras providências.

Autora: Deputada ALICE PORTUGAL

Relatora: Deputada DAIANA SANTOS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.702/2025, de autoria da Deputada Alice Portugal, institui o Dia Nacional de Combate à LGBTfobia no Futebol, a ser celebrado anualmente em 13 de novembro, estabelece diretrizes para políticas de enfrentamento à discriminação no esporte e dá outras providências.

Na justificção, a autora menciona a persistência de uma cultura de violência simbólica e física contra pessoas LGBTQ+ no meio futebolístico, manifestada em insultos, exclusão e até agressões em estádios. Esta proposição, ainda nas palavras da autora, inclui ações de prevenção, de repressão qualificada e de reconhecimento. Alinha-se, ainda, na sua visão, com a Lei Geral do Esporte e com decisões da FIFA e da CBF, entidades de nível mundial e nacional de gestão do futebol. Justifica, por fim, a escolha





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Daiana Santos** – PCdoB/RS

da data 13 de novembro por se tratar de uma homenagem ao Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+.

Não há apensados ao projeto principal.

O projeto foi distribuído às Comissões de Esporte; de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Na Comissão de Esporte (CE), a relatora, Deputada Laura Carneiro, manifestou-se pela aprovação da proposição. No voto apresentado, aprovado pela Comissão, afirma se tratar de um projeto oportuno, uma vez que apresenta medidas concretas para celebração da diversidade no esporte e para o combate a atos de violência em razão de orientação sexual ou identidade de gênero. Destacou, adicionalmente, a compatibilidade do disposto com a Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023), em especial quanto aos objetivos do Sistema Nacional do Esporte e às ações de combate à violência e à discriminação. O Deputado Ossesio Silva apresentou voto em separado pela rejeição do Projeto de Lei 1.702/2025.

Nesta comissão, aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas comissões e o regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Daiana Santos** – PCdoB/RS

Compete a esta Comissão, nos temas relacionados aos direitos humanos, minorias e igualdade racial, pronunciar-se sobre o mérito da proposição, nos termos do inciso VIII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A proposta é necessária por confrontar uma infeliz realidade em eventos esportivos no Brasil, em especial no futebol: a manifestação de posicionamentos discriminatórios e preconceituosos por atletas e torcedores. Uma das formas observadas de preconceito é justamente a LGBTfobia. No âmbito do futebol masculino, por exemplo, o Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+ registrou faixas, gritos e cânticos homofóbicos em decisões de campeonatos estaduais de futebol em 2026.

Demonstra-se a oportunidade da iniciativa ao se localizar no texto constitucional diversas menções ao repúdio à discriminação. Trata-se de um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil (art. 2º, IV), de um direito individual e coletivo (art. 5º, XLI). Nesse sentido, é obrigação constitucional estabelecer leis para punir a discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais. Na medida em que a LGBTfobia promove um ambiente hostil, discriminatório e violento, faz-se fundamental uma regulamentação estatal para buscar mudar esse cenário.

A conscientização, a promoção de ações educativas e campanhas públicas, assim como o incentivo ao estabelecimento de políticas antidiscriminatórias no esporte, são respostas efetivas ao problema enfrentado. Igualmente, em outro acerto deste Projeto de Lei, busca-se a formação de comissões de ética e ouvidorias especializadas, somadas a previsão de sanções para os casos de LGBTfobia. Já existe precedente no futebol profissional, com a previsão de punição por atitudes discriminatórias no Manual de Competições 2026 da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Daiana Santos** – PCdoB/RS

Destaco, ainda, se tratar de uma proposição conveniente, pois não impõe obrigação desproporcional, ou demasiadamente onerosa, às entidades do esporte, ao mesmo tempo em que os benefícios podem ser significativos. É imperativo que as entidades esportivas, os atletas e torcedores consolidem um ambiente mais acolhedor à diversidade nos eventos esportivos. Ainda que não elimine por completo práticas discriminatórias em razão de orientação sexual ou identidade de gênero, a implementação do Dia Nacional de Combate à LGBTfobia no futebol será positiva, por gerar maior conscientização e reflexão sobre o assunto no âmbito do esporte mais popular do país.

Por fim, destaco as Diretrizes do Comitê Olímpico Internacional (COI) sobre Justiça, Inclusão e Não Discriminação, em especial a orientação de tornar os locais de competição acolhedores para todas as pessoas e de as organizações esportivas avançarem na prevenção à discriminação. Além disso, cabe menção ao artigo 7 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma o direito de proteção contra qualquer discriminação ou incitamento à discriminação. Há, portanto, importante fundamento para o mérito desta proposição também em normas internacionais.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei 1.702 de 2025.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputada DAIANA SANTOS
PCdoB/RS
RELATORA





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

PROJETO DE LEI Nº 1.702, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.702/2025, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Daiana Santos.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Alice Portugal - Presidente, Tadeu Veneri - Vice-Presidente, Célia Xakriabá, Erika Hilton, Luiz Couto, Messias Donato, Pastor Diniz, Reimont, Daiana Santos, Dr. Luiz Ovando, Otoni de Paula, Padre João e Tarcísio Motta.

Sala da Comissão, em 29 de abril de 2026.

Deputada ALICE PORTUGAL
Presidente

